

## **Análise comparativa do turismo nos Parques Estaduais de Ibitipoca - MG e Vila Velha – PR**

*Leandro Martins Fontoura<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente estudo expõe uma análise comparativa do turismo em unidades de conservação da categoria de proteção integral, como os parques estaduais. Atualmente, são fundamentais ações de planejamento no sentido de mitigar os impactos negativos e promover os impactos positivos, aliando instrumentos que conciliem a conservação ambiental, o turismo e os anseios da comunidade. Neste sentido, foi realizado um estudo nos parques estaduais de Ibitipoca (MG) e Vila Velha (PR). Almejou-se, por meio de pesquisas qualitativas e quantitativas, a obtenção de indicadores que apontem as formas de interação entre turismo, ordenamento territorial e conservação ambiental, possibilitando a elaboração de um diagnóstico centralizado nos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades. Assim, buscou-se através da análise DAFO, ferramentas de planejamento do turismo em ambientes naturais protegidos que contemplem as dimensões sociais, econômicas e ecológicas, em busca de um desenvolvimento turístico responsável, contínuo e sustentável.

**Palavras-chave:** turismo, planejamento, impactos ambientais, unidades de conservação.

### **INTRODUÇÃO:**

Entendem-se como unidades de conservação, todas as áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadram (SCHENINI, 2004).

Depois da implantação da lei 9.985/2000, onde ficou estabelecido o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), as unidades de conservação ficaram organizadas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. Na primeira categoria o objetivo básico é a proteção da natureza, admitindo-se o uso restrito dos recursos naturais (visitação, pesquisa científica e educação ambiental). Nas unidades de conservação

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. E-mail: leandro.fontoura@gmail.com

de uso sustentável objetiva-se compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (extrativismo, coleta e manejo ambiental).

Os parques estaduais são unidades de conservação que se destinam a preservar áreas naturais, abrangendo paisagens, ecossistemas e/ou sítios geológicos de grande interesse para atividades científicas, educacionais, recreativas e de lazer, realizadas em obediência aos Planos de Manejo. Neste sentido, o aumento de impactos causados pela visitação deve ser gerenciado de modo a não afetar a conservação dos ambientes naturais.

Desta maneira, tornam-se necessárias a construção de estratégias e metodologias que conciliem conservação e visitação, além da adoção de instrumentos e ações de manejo que contribuam para a minimização dos impactos.

A visitação em áreas naturais, como qualquer outra atuação humana na natureza, comporta alguns efeitos que são intrínsecos ao desenvolvimento da atividade. Como o impacto nulo é praticamente impossível de ser alcançado, o que se deve buscar é a minimização dos impactos negativos da visitação e a maximização da qualidade da experiência do visitante. Para tanto, faz-se necessária não só a adoção de mecanismos de monitoramento do impacto como também o estabelecimento de estratégias de manejo da visitação que busquem compatibilizar a conservação da natureza e a visitação em ambientes naturais. (MMA, 2004).

Dessa forma, podem-se considerar os parques estaduais e as unidades de conservação em geral, como excelentes locais para o desenvolvimento do ecoturismo. Quando praticado de forma organizada e responsável, possui baixo impacto ambiental, possibilita sustentação econômica das unidades de conservação e auxilia a movimentação financeira nas regiões onde é praticado.

Entretanto, percebe-se que nem sempre o turismo realizado em parques vem sendo praticado em bases responsáveis e sustentáveis. Ao longo dos anos ações de planejamento e gestão são implementadas e muitas vezes contrariam os objetivos principais das unidades de conservação.

Deste modo, o presente estudo busca investigar, através de pesquisas com gerentes dos parques, secretários de turismo e turistas, quais são os pontos fracos, pontos fortes, ameaças e oportunidades, gerando uma matriz DAFO de cada parque e permitindo uma posterior comparação entre ambos. Tal comparação tem o intuito de verificar as semelhanças e diferenças, em busca de um planejamento correto e direcionado para a prática do turismo em unidades de conservação.

## METODOLOGIA

Como qualquer outra atividade econômica o turismo produz impactos, tanto positivos como negativos, como afirma Boo *apud* Silveira (2003). Em ambientes naturais protegidos, como os parques estaduais, a produção de impactos negativos potencializa-se ainda mais, devido à fragilidade dos ambientes e à resiliência das paisagens.

Dessa forma, o equacionamento da problemática representada pela dialética entre turismo e meio ambiente passa a ser necessária para o correto planejamento de atividades turísticas em áreas naturais. Para se alcançar o desenvolvimento equilibrado entre o turismo e as áreas naturais protegidas, é importante estabelecer mecanismos de planejamento e gestão dinâmicos, flexíveis e integrados, que garantam ao mesmo tempo a conservação dos recursos naturais e a harmonização dos diversos interesses e necessidades dos envolvidos.

Por conseguinte, é fundamental que se busquem alternativas e ferramentas que auxiliem na prevenção e mitigação dos impactos negativos, bem como promover e potencializar os benefícios provenientes do turismo em unidades de conservação. Desta forma, a análise DAFO mostrou-se adequada às necessidades do presente estudo.

A metodologia DAFO verifica as deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades, fornecendo resultados úteis para analisar os recursos e combiná-los com fatores importantes da análise do entorno.

Define-se a matriz DAFO como:

la estructura conceptual para el análisis sistemático que facilita la comparación de las amenazas e oportunidades externas con las fuerzas y debilidades internas de la organización (MUNUERA y RODRIGUEZ, 1998 p. 357)

Esta análise exprime a situação de um ambiente, muitas vezes utilizada com o intuito de estabelecer parâmetros de comparação com fins competitivos, utilizada anteriormente na área gerencial, para o planejamento de marketing. Portanto, é possível delinear a situação em que se encontra o destino e, ao mesmo tempo, indicar algumas ações para sua otimização, possibilitando o aumento da sua vantagem competitiva através da análise dos ambientes internos (área delimitada das unidades) e externos (entorno dos parques).

Em se tratando dos Parques Estaduais de Ibitipoca e Vila Velha, realizou-se entrevistas com gestores e questionários com turistas, no intuito de identificar os pontos positivos e negativos da gestão dos parques nos ambientes internos e externos.

Os dados que basearam a análise DAFO foram coletados através de pesquisas qualitativas e quantitativas. A parte qualitativa foi elaborada a partir de entrevistas com os gestores das unidades de conservação e com os secretários de turismo dos municípios de Lima Duarte e Ponta Grossa, onde se localizam os Parques de Ibitipoca e Vila Velha, respectivamente.

Nestas entrevistas buscou-se dados relacionados à administração territorial do parque e entorno, o fluxo de turistas, projetos relacionados ao turismo, além das formas de gestão do turismo na região.

As análises quantitativas foram provenientes de pesquisas com turistas, as quais buscaram avaliar a sua percepção com relação à alguns indicadores ecológicos, propostos por Takahashi (1997), principalmente relacionados ao solo, bifurcações nas trilhas, danos na vegetação, lixo, ruído, alterações na paisagem, qualidade e segurança da visitação. Os dados foram compilados e tratados estatisticamente para apontar o direcionamento da percepção dos turistas com relação aos impactos ambientais.

## **RESULTADOS**

A partir da análise do discurso dos gestores dos parques e dos secretários de turismo, aliado ao tratamento dos dados quantitativos, foi possível estabelecer uma matriz DAFO com os resultados. Isso permitiu uma visualização mais clara da situação dos parques e possibilitou uma análise comparativa entre as unidades de conservação.

### **DAFO do Parque Estadual do Ibitipoca**

#### **Debilidades – Fragilidades internas ao parque**

1. Problemas de relacionamento com a comunidade.
2. Sazonalidade da visitação em feriados e fins de semana.
3. Visitação intensa, inclusive em áreas importantes para herpetofauna e mastofauna.

4. Falta de sinalização e orientação em alguns pontos das trilhas.
5. Guias sem identificação e equipamentos adequados, principalmente em visitas espeleológicas.
6. Aumento descontrolado do nível de intervenção e antropização nos atrativos do parque, causando alterações na paisagem.
7. Presença de espécies invasoras e solos frágeis com alta erodibilidade.
8. Necessidade de mais 09 funcionários.
9. Falta de conhecimento científico do parque e ausência de estudo científico e adequado, para a determinação da capacidade de carga.
10. Alto número de encontros com outros grupos nas trilhas e atrativos, devido à falta de ordenamento do fluxo de turistas.

#### **Ameaças – Forças externas ao parque**

1. O arraial de Conceição do Ibitipoca é totalmente dependente do turismo realizado no Parque.
2. A comunidade enxerga o parque com atenção exclusiva aos benefícios econômicos.
3. Escassez de planejamento e gestão do turismo no entorno.
4. Falta de ordenamento territorial.
5. Os moradores de Conceição de Ibitipoca desconhecem a fragilidade do parque.
6. Alguns ambientes/ecossistemas do parque também se estendem nas regiões do entorno, o que torna estes ambientes de grande fragilidade, principalmente relacionado ao solo e à vegetação.
7. Possibilidade de exploração descontrolada do turismo devido à falta de planejamento do entorno.
8. Péssimo relacionamento no conflito de interesses do conselho consultivo.
9. Inexistência de formas de planejamento e monitoramento dos visitantes no entorno
10. Superlotação da vila em feriados, prejudica trânsito, lixo, água, esgoto e aumento o consumo de drogas.

**Fortalezas – Características internas do parque**

1. Ambientes naturais preservados, aumentando o interesse pelos atrativos.
2. Presença de espécies endêmicas no parque.
3. Baixa ocorrência de lixo, resíduos e dejetos.
4. Grande quantidade de cavernas, cachoeiras e atrativos diferenciados em um espaço reduzido.
5. Formação vegetal em mosaicos de cerrado, mata atlântica e campos, gerando grande beleza cênica e diversidade de ambientes.
6. Centro de visitantes está adequado e pode tornar-se atrativo do parque.
7. 75% do público chegam preparado para visitar uma UC e sai satisfeito do parque.
8. Esforços na diminuição da erosão no parque.
9. Infra-estrutura adequada e de qualidade para a demanda atual de turistas e pesquisadores.
10. O parque oferece um bom nível de segurança aos visitantes.

**Oportunidades – Contexto externo ao parque**

1. Existências de áreas conservadas no entorno.
2. Possibilidades de parceria de conservação com proprietários do entorno em função de áreas de ecótonos.
3. Interesse pela visita em cavernas.
4. Desenvolvimento de programas de Educação e Interpretação Ambiental.
5. Possibilidade de realização de programas de conservação e de ecoturismo com propriedades adjacentes ao parque.
6. Possibilidade de trabalhar com voluntariado no parque.
7. Investimentos em infra-estrutura de acesso, comunicação, segurança e saúde.
8. Construção recente de centro de informações ao turista em Lima Duarte, que poderá direcionar o turista para outros atrativos além do Parque.
9. Presença de um circuito turístico organizado e atuante (Circuito Serras do Ibitipoca).
10. Restauração da Igreja Matriz e revitalização de pontos histórico-culturais na vila.

## **DAFO do Parque Estadual de Vila Velha**

### **Debilidades – Fragilidades internas ao parque**

1. Solos frágeis e com alta erodibilidade devido à origem geológica.
2. O parque se relaciona de forma muito incipiente com a comunidade.
3. Alto do nível de intervenção e antropização nos atrativos do parque, causando alterações importantes na paisagem, principalmente relacionados ao calçamento e asfaltamento e transporte coletivo no interior do parque.
4. Presença de espécies exóticas invasoras. Necessidade de manejo dos campos.
5. Urgência na contratação de funcionários que operacionalizem a prática do turismo. São necessários 38 atualmente.
6. Percepção dos turistas por árvores danificadas e áreas sem vegetação
7. Presença de um elevador desativado na fuma 1.
8. Atualmente o turismo praticado é meramente contemplativo, não existe interação dos visitantes.
9. Ainda existem cargos de indicação política influenciando a gestão da unidade.
10. Não existem formas de interação do parque com a comunidade.

### **Ameaças – Forças externas ao parque**

1. Incêndios florestais no entorno do parque e Presença de latifúndios com características silvícolas no entorno.
2. A comunidade de Ponta Grossa e o parque estabelecem relação conflituosa, os municípios enxergam o parque de maneira proibitiva, reconhecendo-o como parque privado.
3. Escassez de planejamento, ordenamento territorial e gestão do turismo no entorno.
4. Alguns geoambientes do parque também são encontrados nas regiões do entorno, o que torna estes ambientes de grande fragilidade, relacionado ao solo, à vegetação e principalmente às furnas jovens.
5. Obras de grande porte, ferrovias, rodovias, centros urbanos e agricultura próximas ao parque.
6. Poucas iniciativas para o desenvolvimento do ecoturismo.

7. Dificuldades na inter-relação da prefeitura e parque com outros órgãos.
8. Possível contaminação de mananciais ou corpos d'água por agrotóxicos
9. Falta parceria do parque para a realização do ecoturismo no entorno. Alguns proprietários estão interessados em desenvolver o turismo, mas não participam ativamente.
10. Faltam espaços alternativos de lazer para a comunidade de Ponta Grossa

### **Fortalezas – Características internas do parque**

1. Atrativos bem conservados e ordenamento do fluxo de turistas.
2. Presença de espécies endêmicas no parque.
3. Baixo índice de lixo, resíduos e dejetos.
4. Presença de ecótono entre cerrado e campos de altitude.
5. Centro de visitantes está adequado e recomenda aos turistas que assistam vídeo educativo do parque antes de iniciar a visita.
6. Infra-estrutura de visitação adequada para a demanda atual de turistas e esforços na diminuição de impactos no parque.
7. Utilização de voluntários no parque, a maioria proveniente de Ponta Grossa.
8. Possui baixo índice de encontro com outros grupos devido ao ordenamento dos turistas.
9. O uso público traz impactos mínimos para o parque atualmente. As visitas são sempre monitoradas.
10. Possibilidade de exploração do turismo científico, educação ambiental e ecoturismo.

### **Oportunidades – Contexto externo ao parque**

1. Possibilidades de parceria de conservação com proprietários do entorno.
2. Parcerias com a comunidade para a inserção de condutores especializados.
3. Desenvolvimento de programas de Educação e Interpretação Ambiental.
4. Possibilidade de parcerias para motivar formas de desenvolvimento local sustentável
5. Desenvolvimento do ecoturismo no entorno do parque.
6. Infra-estrutura de acesso, comunicação, segurança e saúde já estão consolidados.



7. Melhor utilização do centro de informações ao turista em Ponta Grossa, que poderá direcionar o turista para outros atrativos na região.
8. Existência de ecossistemas variados proporciona a formação de ecótonos.
9. O conselho consultivo é organizado e bem direcionado para trabalhar para o parque.
10. Inserção de turismólogos nas propriedades do entorno para a realização do desenvolvimento planejado do turismo na região.

De forma resumida, expõe-se a análise DAFO dos parques estaduais de Ibitipoca - MG e Vila Velha - PR (fig. 01):

Análise estratégica – DAFO IBITIPOCA		Análise estratégica – DAFO VILA VELHA	
<b>Debilidades – Interno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Erosão</li> <li>✓ Sazonalidade</li> <li>✓ Visitação Concentrada</li> <li>✓ Sinalização</li> <li>✓ Antropização</li> <li>✓ Falta de ordenamento territorial</li> </ul>	<b>Ameaças – Externo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Relacionamento com a comunidade</li> <li>✓ Falta de ordenamento territorial</li> <li>✓ Comunidade dependente economicamente</li> <li>✓ Conselho Consultivo</li> <li>✓ Urbanização do entorno</li> <li>✓ Superlotação da Vila em feriados</li> </ul>	<b>Debilidades – Interno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Solos frágeis</li> <li>✓ Alterações na paisagem</li> <li>✓ Espécies Exóticas Invasoras</li> <li>✓ Falta de Funcionários</li> <li>✓ Turismo meramente contemplativo</li> </ul>	<b>Ameaças – Externo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incêndios</li> <li>✓ Presença de latifúndios</li> <li>✓ Relação conflituosa com Ponta Grossa (Parque Privado)</li> <li>✓ Falta de planejamento do Turismo</li> <li>✓ Obras de grande porte no entorno</li> <li>✓ Agrotóxicos</li> </ul>
<b>Fortalezas – Interno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ambientes Preservados e diversos</li> <li>✓ Endemismo</li> <li>✓ Boa infra-estrutura</li> <li>✓ Grande beleza cênica</li> <li>✓ Baixo índice de lixo</li> <li>✓ Satisfação dos visitantes</li> </ul>	<b>Oportunidades – Externo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Áreas conservadas do entorno</li> <li>✓ Parcerias com a comunidade</li> <li>✓ Visitação espeleológica</li> <li>✓ Ecoturismo no entorno</li> <li>✓ Investimentos em acesso, comunicação, segurança, saúde</li> <li>✓ Circuito turístico; Restaurações</li> </ul>	<b>Fortalezas - Interno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atrativos bem conservados</li> <li>✓ Endemismo</li> <li>✓ Ecótono (cerrado – campos altitude)</li> <li>✓ Ordenamento dos turistas</li> <li>✓ Monitoramento constante</li> <li>✓ Grupos organizados</li> </ul>	<b>Oportunidades – Externo</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Parceria com Entorno</li> <li>✓ Programas de Educação Ambiental</li> <li>✓ Ecoturismo – Itaiacoca</li> </ul>

**Figura 01:** DAFO dos parques de Ibitipoca a Vila Velha

De acordo com os dados levantados na pesquisa, o relacionamento entre as duas unidades de conservação estudadas não se resume apenas às características geográficas ou ambientais.

As semelhanças dos ecossistemas, da geologia, do endemismo e das paisagens, também são verificadas na gestão das unidades de conservação e seu entorno, onde se percebe identidade nas dificuldades de relacionamento com a comunidade, nas formas de gerenciar o turismo ou na deficiência de funcionários das unidades.

Assim, evidenciam-se os benefícios da utilização da análise DAFO, pois ela permite uma visualização clara entre os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, demonstrando aos gestores quais são os pontos estratégicos para que o planejamento do turismo seja realizado de forma responsável, contemplando todas as dimensões da sustentabilidade necessárias ao desenvolvimento do turismo em unidades de conservação.

## CONCLUSÕES

Os apontamentos obtidos com a análise DAFO, resumidas neste estudo, demonstram um panorama interessante de semelhanças e assimetrias entre as unidades de conservação estudadas. Os pontos em comum são orientados por uma tentativa de organização e padronização, propostos a partir da lei 9985/2000, que estabeleceu um sistema nacional de unidades de conservação. Já os pontos de assimetria remetem à forma de planejamento e gestão adotados por cada parque estadual desde a sua fundação.

Entre os aspectos de maior similaridade das deficiências, quanto ao ambiente interno, destacam-se: solos frágeis, alterações na paisagem e falta de funcionários.

Com relação às diferenças existentes nas deficiências, quanto ao ambiente interno, pode-se citar: a sazonalidade e a falta de ordenamento territorial, ambos presentes apenas no parque de Ibitipoca – MG.

A partir das análises das ameaças, quanto ao ambiente externo, podem-se destacar como semelhanças: o relacionamento com a comunidade local, conflituoso nos dois parques; e a falta de ordenamento territorial do turismo no entorno.

Ainda analisando as ameaças (ambiente externo) percebem-se diferenças relacionadas ao conselho consultivo: em Ibitipoca os conselheiros agem individualmente ou de acordo com a entidade que representam, não pensando nos benefícios do parque em geral. Este fato não ocorre em Vila Velha, onde os conselheiros dividem as responsabilidades e competências, priorizando o interesse da unidade.

Com relação aos pontos fortes (ambiente interno) foi possível identificar semelhanças com relação à: paisagens e atrativos bem conservados, o endemismo (espécies que só existem dentro do perímetro do parque), boa infra-estrutura e ausência de lixo nas dependências das unidades.

Destacam-se como diferenças nos pontos fortes dos parques: o ordenamento dos turistas, a presença de grupos organizados e o monitoramento constante dos turistas e do impacto ambiental. Todos os itens citados acima encontram-se apenas no Parque Estadual de Vila Velha -PR.

Finalizando a comparação da análise DAFO, foram observadas as similaridades e diferenças entre as oportunidades, no ambiente externo, identificadas nos parques. Entre as semelhanças de oportunidades detectadas destacam-se: as parcerias com a comunidade e

entorno, as possibilidades de desenvolvimento do ecoturismo, presença de ecótonos (áreas de transição de ecossistemas) e o desenvolvimento de programas de educação ambiental.

Com relação às diferenças identificadas entre as oportunidades (ambiente externo) podem-se identificar os investimentos em infra-estrutura, comunicação, segurança e saúde, a presença de circuitos turísticos e o desenvolvimento de outras modalidades de turismo, tudo isso presente no entorno do parque estadual de Ibitipoca – MG.

A análise comparativa realizada mostra uma grande similaridade entre os parques, possivelmente em função da obediência a uma legislação centralizada (Lei 9985/2000), onde as formas de regulamentação e ordenamento do uso público são bastante parecidas. Outro aspecto de observação na identidade dos parques deve-se às condições naturais e geográficas dos parques, além do fluxo turístico assemelhar-se no que tange ao perfil dos visitantes.

A análise comparativa mostra-se importante ainda com a possibilidade de permitir aos gestores uma verificação dos possíveis problemas e méritos alcançados por uma unidade de conservação de mesma categoria, principalmente nos quesitos relacionados às formas de gestão e planejamento do turismo.

Desta forma, acredita-se que a construção de métodos simples e eficazes como a análise DAFO auxilia os gestores e planejadores em busca da sustentabilidade em unidades de conservação e contribuem para que o turismo em áreas naturais protegidas seja responsável, perene e equilibrado.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

IBAMA, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Atlas de conservação da Natureza Brasileira: Unidades Federais**. São Paulo: Metalivros, 2004.

McKERCHER, B. **Turismo de natureza: planejamento e sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, DF. 2004.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Roteiro metodológico de planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. 2002.

MUNUERA ALEMÁN, J. L., RODRIGUEZ ESCUDERO, A. I. **Marketing Estratégico: Teoría y casos.** Madrid: Ediciones Pirámide, 1998.

RODRIGUES, ADYR A B.(Org). **Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e Limites.** São Paulo: Contexto, 2003.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M. & CASARIN, V. W. **Unidades de conservação: aspectos históricos e sua evolução.** Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, COBRAC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2004.

SILVEIRA, M. A. T. da. Ecoturismo, políticas públicas e a estratégia paranaense. *In:* RODRIGUES, A. B.(org). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** São Paulo, Contexto, 2003.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Brasília: MMA/SBF, 2000.

TAKAHASHI, L. Y. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação em duas unidades de conservação.** Tese (doutorado em engenharia florestal). Universidade Federal do Paraná – UFPR. 1997.

VERA, J. F; PALOMEQUE, F. L; MARCHENA, M, J, ANTON, J. **Análisis territorial del turismo.** Barcelona: Editora Ariel, 1997.